

Na renegociação, um exemplo estará sempre em pauta, o do México

BRASÍLIA — O processo de renegociação do endividamento externo adotado pelo Governo mexicano foi dissecado, durante cinco dias da semana passada, por quatro funcionários do Ministério do Planejamento e do Banco Central. Os técnicos deslocaram-se para a cidade do México com o objetivo de fornecer às autoridades

mentos de que seriam prejudicados os acionistas das instituições financeiras internacionais. A justificativa dos bancos credores é de que eventuais cortes nos juros a receber afetariam diretamente os seus resultados, refletindo-se nos dividendos pagos aos seus acionistas.

brasileiras a visão mais detalhada possível sobre o modelo mexicano e seus pontos de identidade com as condições brasileiras.

As características mais atraentes da renegociação conduzida pelo Governo mexicano junto aos bancos credores internacionais — mesmo assim consideradas convencionais — foram o refinanciamento automático das amortizações por vencer até 1990. O prazo de pagamento acertado para 14 anos e a redução do spread (taxa de risco) nesses contratos.

O México conseguiu reduzir seus spreads para taxas variáveis entre 1,875 e 1,125 por cento. Um ganho considerável, quando se sabe que as taxas de risco pagas pelo Governo brasileiro se situam em torno de 2,125 por cento. Além disso, o melhor prazo de pagamento obtido até agora pelo Governo brasileiro no refinanciamento automático das amortizações devidas pelo País foi de nove anos.

Nos contatos que mantiveram com os escalões técnicos do Governo mexicano que participaram da renegociação da dívida, os funcionários brasileiros puderam avaliar o grau de resistência que as propostas de capitalização ou de fixação de um limite para o pagamento de juros externos encontra junto aos bancos internacionais.

O Governo brasileiro já sabe, portanto, que propostas nesse sentido esbarram nos argu-

Na comparação das balanças comerciais brasileira e mexicana credita-se como ponto favorável ao Brasil a diversificada pauta de exportações que o País apresenta. O México, ao contrário, revela uma dependência muito estreita de suas vendas de petróleo para acumular superávits expressivos em sua balança comercial.

Teoricamente, o Brasil tem, portanto, melhores condições de sustentar a médio e longo prazos resultados favoráveis na balança comercial. Enquanto o México pode sofrer os reflexos negativos da tendência de queda dos preços do petróleo. Ainda na área externa, é possível constatar que as reservas internacionais acumuladas pelo Governo brasileiro ao longo de seu processo de ajustamento são superiores às obtidas pelo México.

Mas, se a comparação entre os dois países mostra um quadro na área externa mais favorável ao lado brasileiro, para efeito das negociações a serem conduzidas com os credores internacionais a partir da segunda quinzena de outubro, em Paris, o mesmo não se pode dizer na área interna. O programa de ajustamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cumprido quase à risca pelo Governo mexicano, reduziu a taxa de inflação mexicana de 98,2 por cento, em 1982, para a perspectiva de 43 por cento este ano.